



Prefeitura de Francisco Morato-SP

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto.....	1
Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras.....	2
Ortografia Oficial.....	7
Pontuação	16
Acentuação.....	20
Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações).....	23
Concordância verbal e nominal	34
Regência verbal e nominal	36
Crase	39
Colocação pronominal.....	40
Questões	43
Gabarito.....	53

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município de Francisco Morato (atualizada e/ou alterada)	1
Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Francisco Morato (Lei Municipal n.º 1.527/1994 atualizada e/ou alterada)	1
Questões	44
Gabarito.....	46

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

A educação escolar – atuais tendências e exigências	1
Currículo e o pleno desenvolvimento do educando	3
A construção de uma escola democrática e inclusiva	4
A qualidade social da educação escolar e a educação para a diversidade numa perspectiva multicultural	5
Relação professor-aluno, escola-comunidade	6
A educação escolar como direito e dever do estado	8
Financiamento da educação	9
Concepções Filosóficas da Educação.....	11
Relação Educação-Sociedade-Cultura	13
Tendências pedagógicas na prática escolar.....	14
Planejamento, metodologia e avaliação do processo ensino-aprendizagem	17
Questões	21
Gabarito.....	25

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008	1
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. (Artigos 5º, 6º; 205 a 214)	10
BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança do Adolescente – ECA)	20
Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB).....	87
BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – anexo o Parecer CNE/CP n.º 3/2004) ...	119
BRASIL. Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13 de julho de 2010 (Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (anexo o Parecer CNE/CEB n.º 7/2010))	133
BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 1, de 30 de maio de 2012 (Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (anexo o Parecer CNE/CP n.º 8/2012))	193
Organização das Nações Unidas. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo (Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007)	208
PERRENOUD, Philippe. “10 novas competências para ensinar”. Porto Alegre. Artmed	232
PERRENOUD, Philippe. Formando Professores Profissionais, Porto Alegre. Artmed-Artes Médicas Sul, 2001 – Edição revisada.....	232
MOREIRA, Antonio Flávio B. (Org.) – Currículo – Questões atuais – Papirus Editora ..	233

SUMÁRIO

HOFFMANN, Jussara – Avaliação Mediadora – Uma prática em construção da pré-escola à universidade. Editora Mediação.....	234
CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva com os Pingos nos Is. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.....	238
CORTELLA, Mário Sérgio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo, Cortez, 2011	245
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011	254
LA TAILLE, Yves. DANTAS, Heloisa e OLIVEIRA, Marta Kohl de, Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 24. ed., São Paulo: Summus, 1992	267
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. UNESCO/Cortez Editora, cap. III e IV, p. 47-78, e cp. VI, 93-104, 2000.....	268
RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência. 20. ed., São Paulo: Cortez, 2011.....	268
SACRISTÀN, J. Gimeno; PÉREZ GOMES, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.....	272
SAVIANI, Dermeval. Histórias das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas; Autores Associados, 2010	272
TEIXEIRA, Anísio. A escola pública universal e gratuita. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v. 26, n. 64, out./dez. 1956. p. 3-27	274
GROPPA, Julio – Indisciplina na escola (alternativas, teóricas e práticas) Summus Editorial.....	275

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Visão histórica da Educação Infantil no Brasil.....	1
Concepção de Educação Infantil, de infância e de criança.....	7
O imaginário infantil.....	11
O professor de Educação Infantil: Perfil	18
Desenvolvimento infantil: físico, afetivo, cognitivo e social	26
Relação entre o cuidar e o educar	36
A construção do raciocínio matemático.....	40
Pensamento e linguagem – leitura e escrita – letramento	46
A instituição e o projeto educativo	56
O jogo como recurso privilegiado	58
O brincar e o brinquedo.....	68
Construção das diferentes linguagens pelas crianças: movimento, música, artes visuais, natureza e ambiente, e matemática.....	77
Avaliação do processo educativo na Educação Infantil	86
BNCC – Educação Infantil.....	93
Lei Municipal n.º 144/2005	113
Questões	156
Gabarito.....	163

SUMÁRIO

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA - ESPECÍFICOS

BRASIL / Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/ SEF, 1998.....	1
BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Parecer CNE/CEB Nº. 20/2009 e Resolução CNE/CEB Nº. 05/2009, Brasília/DF, 2009.....	3
BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Brinquedos e brincadeiras nas creches: manual de orientação pedagógica /Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2012.....	21
BARBOSA, Ana Mae. Arte Educação no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2002	23
BARRETO, Siderley de Jesus. Psicomotricidade: educação e reeducação. Blumenau: Odorizzi, 1998	27
CANDAU, Vera Maria. A didática e a formação de educadores – da exaltação à negação: a busca da relevância. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. p 1221	33
ELENA, Luiza. Brincar de Aprender: uni-duni-tê: o escolhido foi você! R. J. Waked, 2008.....	38
GALVÃO, Isabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995	43
HOFFMANN, Jussara. Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança/Jussara Hoffmann. Porto Alegre: Mediação, 2012	48
KAMII, Constance. A criança e o número. São Paulo: Campinas. Papirus, 1990.....	53
ZILBERMAN, R. A literatura infantil na escola. São Paulo. Ed. ABDR ed. Afiliada, 2003.....	58
BRASIL / Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil. Brasília, 2018.....	62
BRASIL. Francisco Morato. Lei Complementar nº 144, de 28 de dezembro de 2005. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal e Plano de Carreira e de Remuneração para os Integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal de Francisco Morato	62



Interpretar um texto quer dizer dar sentido, inferir, chegar a uma conclusão do que se lê. A interpretação é muito ligada ao subentendido. Sendo assim, ela trabalha com o que se pode deduzir de um texto.

A interpretação implica a mobilização dos conhecimentos prévios que cada pessoa possui antes da leitura de um determinado texto, pressupõe que a aquisição do novo conteúdo lido estabeleça uma relação com a informação já possuída, o que leva ao crescimento do conhecimento do leitor, e espera que haja uma apreciação pessoal e crítica sobre a análise do novo conteúdo lido, afetando de alguma forma o leitor.

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

Dicas para interpretar um texto:

- Leia lentamente o texto todo: no primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.
- Releia o texto quantas vezes forem necessárias. Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.
- Sublinhe as ideias mais importantes: sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.
- Separe fatos de opiniões. O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).
- Retorne ao texto sempre que necessário. Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.
- Reescreva o conteúdo lido. Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.



Conhecimentos Básicos de Legislação Municipal

Prezado(a),

Para estudo do tópico solicitado pelo edital, indicamos que verifique o material complementar, que pode ser encontrado em: <https://www.legislacaodigital.com.br/FranciscoMorato-SP/EmendasLeiOrganica/1/Arquivos/1>

A indicação se dá devido ao formato e extensão do material em questão, que não cabe na estrutura de nossas apostilas. Por isso, e para manter protegido os direitos de autor do conteúdo, sugerimos acesso direto na fonte oficial e estudo do documento tal como solicitado pelo edital.

Bons estudos!



Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Francisco Morato (Lei Municipal n.º 1.527/1994 atualizada e/ou alterada)

LEI N° 1.527, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1994

Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Francisco Morato, das autarquias e fundações municipais e dá outras providências.

Dr. Silvério José Pelizari Pinto, Prefeito do Município de Francisco Morato, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Francisco Morato, das autarquias e Fundações Municipais.

Parágrafo único. É de natureza estatutária o Regime Jurídico do Funcionário, face a Administração.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo público, como unidade básica da organização funcional, é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei ou resolução, conforme o caso, com denominação própria e remuneração paga pelos cofres públicos, com número certo e representados por referências numéricas ou símbolos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 4º Função é a atribuição ou conjunto de atribuições que a Administração confere a cada categoria profissional ou comete, individualmente, a determinados servidores para a execução de serviços eventuais.

Art. 5º Os cargos de provimento efetivo da Administração Direta, Autarquias e Fundações Municipais, serão organizados e providos em carreiras, salvo os isolados.

§ 1º São cargos de carreira os que integram as classes.

§ 2º São cargos isolados os que não se podem integrar em classes e correspondem a certa e determinada função.

Art 6º Classe é a divisão básica da carreira agrupando os cargos da mesma denominação, segundo o nível ou conjunto de atribuições, responsabilidade e complexidade.



A educação escolar tem passado por profundas transformações nas últimas décadas, impulsionadas por avanços tecnológicos, mudanças sociais e novas abordagens pedagógicas. O modelo tradicional de ensino, baseado na transmissão de conhecimento de forma linear e passiva, vem sendo substituído por metodologias mais ativas, centradas no aluno e na construção do conhecimento de maneira colaborativa. Além disso, o século XXI impõe novas exigências aos sistemas educacionais, como a inclusão digital, a personalização do aprendizado e a valorização das competências socioemocionais. Neste contexto, entender as principais tendências e desafios da educação escolar é essencial para garantir um ensino de qualidade e preparar os alunos para o futuro.

Uso da Tecnologia na Educação

A tecnologia tem desempenhado um papel central na transformação do ensino. Com a popularização de dispositivos digitais e a expansão da internet, a sala de aula tradicional se expandiu para o ambiente virtual, possibilitando novas formas de aprendizagem.

Ensino híbrido e remoto

O ensino híbrido, que combina aulas presenciais e online, tornou-se uma realidade consolidada, especialmente após a pandemia de COVID-19. Plataformas de ensino a distância (EAD) permitem maior flexibilidade para estudantes e professores, possibilitando a personalização do aprendizado de acordo com o ritmo e as necessidades individuais dos alunos.

Recursos digitais no aprendizado

Ferramentas como gamificação, realidade aumentada e inteligência artificial estão sendo incorporadas ao ensino para tornar o aprendizado mais interativo e eficaz. Aplicativos educativos, simuladores virtuais e plataformas adaptativas são exemplos de como a tecnologia pode auxiliar na assimilação de conteúdos de forma lúdica e dinâmica.

Desafios da inclusão digital

Apesar dos avanços, a desigualdade no acesso à tecnologia ainda é um obstáculo significativo. Muitos alunos, especialmente em regiões mais carentes, não possuem equipamentos adequados ou acesso à internet de qualidade, o que dificulta a implementação equitativa das novas tecnologias no ensino.

Metodologias Ativas de Aprendizagem

As metodologias ativas vêm ganhando espaço como alternativa ao ensino tradicional, colocando o aluno no centro do processo de aprendizagem e estimulando sua participação ativa na construção do conhecimento.

Aprendizagem baseada em projetos (ABP)

Na ABP, os alunos são desafiados a resolver problemas reais ou desenvolver projetos que exigem pesquisa, criatividade e colaboração. Essa abordagem favorece o pensamento crítico e o aprendizado significativo.

Sala de aula invertida

Nesse modelo, o estudante acessa os conteúdos previamente (por meio de vídeos, textos ou podcasts) e utiliza o tempo em sala de aula para debates, atividades práticas e resolução de dúvidas. Isso promove um aprendizado mais dinâmico e participativo.



POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

Introdução

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Marcos históricos e normativos

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar.

A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. Essa problematização explicita os processos normativos de distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.



PRIMEIRAS FORMAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA: DO PERÍODO COLONIAL À PRIMEIRA REPÚBLICA

A educação infantil, como a conhecemos hoje, é fruto de um longo processo histórico de transformações sociais, políticas e culturais. Durante o período que vai do Brasil Colonial até o final da Primeira República (1889-1930), o atendimento à infância era marcado por ações assistencialistas, práticas religiosas e ausência de uma política pública sistematizada.

► Período Colonial: Assistência e Catequese

No Brasil Colonial (1500-1822), o cuidado com as crianças pequenas não fazia parte de uma política educacional. A principal preocupação das autoridades coloniais e da Igreja Católica era a catequese dos povos indígenas e, em menor escala, o amparo de crianças órfãs ou abandonadas. As instituições voltadas à infância eram os recolhimentos, orfanatos e casas de expostos, muitas vezes administrados por ordens religiosas.

A missão educativa estava intrinsecamente ligada à conversão religiosa. Crianças indígenas, africanas escravizadas ou brancas em situação de abandono eram acolhidas mais com o objetivo de disciplinamento moral e religioso do que com uma preocupação com o desenvolvimento integral.

As funções das instituições estavam, portanto, mais próximas do controle social do que da educação formal. As crianças eram vistas como objetos de caridade, e não como sujeitos de direitos.

► Império: Início de uma abordagem pública assistencial

Com a Independência e o início do Império (1822-1889), embora a Constituição de 1824 tenha assegurado a instrução primária gratuita para todos os cidadãos, isso não se refletiu em políticas voltadas à educação infantil. O foco da legislação estava na alfabetização e na educação formal a partir dos sete anos.

Neste período, ampliaram-se os asilos e orfanatos, mas ainda sem vinculação com uma proposta pedagógica. Eram instituições de cunho filantrópico, organizadas majoritariamente por damas da sociedade, associações religiosas ou particulares. A infância pobre continuava a ser alvo de ações de controle e moralização.

Algumas iniciativas urbanas em cidades como Rio de Janeiro e Salvador começaram a indicar preocupações com a saúde, higiene e vigilância das crianças, o que se intensificaria posteriormente. No entanto, ainda predominava a ideia de infância vulnerável como “risco social”.

► Primeira República: filantropia, higienismo e os jardins de infância

Durante a Primeira República (1889-1930), o Brasil começou a adotar discursos e práticas inspirados no movimento higienista e no positivismo, principalmente nas cidades em processo de modernização. A infância passou a ser associada ao futuro da nação e, nesse sentido, as ações sobre a criança pequena ganharam um novo status, com ênfase na prevenção de doenças, disciplina e ordem.

Nesse contexto, surgiram os primeiros jardins de infância influenciados pelas ideias de Friedrich Fröbel e das pedagogias europeias. Esses espaços, no entanto, eram raros, elitizados e geralmente vinculados a experiências particulares ou experimentais. A proposta era a de estimular a criança em seu desenvolvimento físico, moral e intelectual por meio de atividades lúdicas e dirigidas.

Paralelamente, o atendimento à infância pobre permaneceu ligado às ações filantrópicas. As crianças das camadas populares continuavam frequentando creches beneficentes, cujo papel era essencialmente de guarda e assistência, sem planejamento pedagógico estruturado.



Bibliografia Sugerida - Específicos

Introdução ao RCNEI

O RCNEI foi publicado em 1998 pelo Ministério da Educação (MEC) como resposta à crescente preocupação com a qualidade da educação infantil no Brasil. À época, o país enfrentava desafios como a falta de uniformidade nas práticas pedagógicas, desigualdade no acesso à educação e a ausência de documentos que orientassem as instituições de forma consistente. Embora não seja um documento normativo, ele fornece diretrizes fundamentais para organizar e executar propostas pedagógicas que respeitem as especificidades do desenvolvimento infantil.

O RCNEI dialoga com a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), que conferem à educação infantil o status de primeira etapa da educação básica e garantem os direitos das crianças ao pleno desenvolvimento.

Volume 1 Fundamentos

Concepção de Infância

O RCNEI entende a criança como um sujeito de direitos, ativo no processo de construção do conhecimento. Essa perspectiva rompe com a visão tradicional da criança como um ser passivo que apenas recebe conhecimentos prontos. Reconhece-se que a criança aprende por meio da interação com o meio, os pares, e os adultos.

Objetivos Gerais

- Desenvolvimento integral da criança: O documento enfatiza o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo de maneira equilibrada.
- Articulação entre cuidar e educar: É destacado que as práticas educativas devem integrar ações de cuidado e ensino, reconhecendo que a atenção às necessidades físicas (higiene, alimentação, saúde) não pode ser desvinculada do desenvolvimento pedagógico.
- Valorização da diversidade: As práticas pedagógicas devem ser inclusivas, considerando as diferentes origens sociais, culturais, étnicas e linguísticas das crianças.

Volume 2 Formação Pessoal e Social

Identidade e Autonomia

Este volume aborda como as instituições de educação infantil podem contribuir para a construção da identidade da criança e o desenvolvimento da autonomia. A formação pessoal e social é entendida como um eixo transversal, presente em todas as atividades e interações.

Estratégias para promover identidade e autonomia:

- Atividades que incentivem a exploração e a expressão, como brincadeiras livres e jogos simbólicos.
- Rotinas que permitam às crianças realizar escolhas e assumir pequenas responsabilidades, como organizar brinquedos ou servir-se nas refeições.